

EDITORIAL

O Caeni-USP, buscando colaborar para a reflexão sobre este momento de crise, tem dado continuidade ao acompanhamento dos impactos da pandemia Covid-19 em diversos contextos. Nesta edição, trazemos quatro contribuições de pesquisadores de diferentes áreas de atuação.

O primeiro artigo, escrito por Leandro Lima, analista da *Control Risks*, traz análise sobre o impacto da pandemia na América Latina e discute como diferentes governos reagiram e controlaram conflitos políticos e sociais com a implementação de políticas de isolamento. A rápida resposta dos governos contribuiu para elevar o índice de popularidade de representantes que vinham tendo suas ações contestadas, como o Presidente Sebastián Piñera, do Chile. Mas o pesquisador chama atenção para os desdobramentos da COVID-19 que terão consequências econômicas intensas e determinantes para o aprofundamento do descontentamento social e da polarização política. A incerteza também abre espaço para o surgimento de lideranças pouco afeitas à democracia.

O segundo artigo, assinado por Gláucia Terzian, doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana (Prolam-USP) e colaboradora da InnScid SP, apresenta o debate realizado pela Escola, que reuniu três pesquisadores de diferentes instituições (Brasil, Índia e Israel), para apresentar experiências de incubadoras e programas de startups em seus países. Fica claro, nas discussões, a relevância da cooperação internacional na elaboração de políticas e ações de combate à pandemia.

Michel Lutaif, mestre em Direito do Estado pela USP, traz reflexão importante sobre a reação das Universidades no contexto da pandemia, quando os modelos de gestão e o grau de autonomia dessas instituições estão sendo postos à prova. O pesquisador, que também é pesquisador do NUPPs/USP, passa em revista os apontamentos sobre modelos comparados de governança universitária e as respostas institucionais, comparando os casos do Brasil e na Finlândia, debate feito no âmbito dos seminários de pós-graduação do Departamento de Ciência Política.

O último artigo, assinado por Thomaz Vilas Boas e Janina Onuki, apresenta o debate em torno do futuro do multilateralismo e o papel que a União Europeia vem tendo no combate à pandemia. O novo contexto sanitário global tem aprofundado os desafios aos espaços multilaterais e regionais e exigirá um esforço cooperativo inovador nos próximos anos.

Amâncio Jorge de Oliveira
Coordenador Científico

A pandemia de COVID-19 atingiu a América Latina em meio à intensa agitação social. Governos fragilizados e protestos massivos foram elementos comuns que vinham desestabilizando diversos países da região desde meados de 2019. Enquanto o Peru viveu impasses políticos que levaram à dissolução do Congresso em setembro, protestos históricos por demandas sociais – bem como a violenta reação das forças de segurança – atingiram o Equador e o Chile em outubro. Logo no mês seguinte seria a vez da turbulência chegar à Bolívia e à Colômbia. Os fortes impactos sociais e econômicos da COVID-19 na região são elementos agravantes neste delicado cenário.

É curioso notar que um dos efeitos imediatos da pandemia na América Latina desde meados de março, quando as preocupações com seu alastramento se ampliaram pelas sociedades e governos, foi o de aplacar as manifestações de rua. Tanto as medidas restritivas obrigatórias (como os toques de recolher e o fechamento de atividades não essenciais) quanto as campanhas de conscientização pelo distanciamento social reduziram significativamente o comparecimento popular e a frequência das manifestações. O ineditismo da emergência sanitária do coronavírus conseguiu aquilo que meses de repressão policial e concessões governamentais em boa medida fracassaram.

Outra consequência notável dos esforços de combate à pandemia têm sido o fortalecimento momentâneo de lideranças políticas até então enfraquecidas. É exemplar o caso do presidente chileno Sebastián Piñera, que conseguiu recuperar parte do capital político perdido ao longo dos protestos de 2019. A pesquisa Cadem de 18 de maio apontou uma taxa de aprovação de governo de 24%, que ainda que baixa, representa um salto em comparação ao período pré-pandemia em que a aprovação alcançou o piso de 9% (em 7 de fevereiro). Na Venezuela, Nicolás Maduro sai fortalecido pela neutralização das mobilizações da já desastrosa oposição de Juan Guaidó. O caso excepcional a ser destacado é o do Brasil, onde a retórica controversa e anticientífica do presidente Jair Bolsonaro alimenta a instabilidade e a polarização desde agora.

O alívio das agitações sociais promete ser efêmera, no entanto. Além do provável relaxamento das medidas de distanciamento social com a passagem do pico de contágios ao longo dos próximos meses, que gradualmente reduzirá o receio popular de se aglomerar em manifestações, os efeitos adversos destas mesmas medidas potencialmente agravam os fatores estruturais que fomentaram a onda de protestos e a instabilidade de 2019. Os impactos econômicos da COVID-19 serão intensos e determinantes para o aprofundamento do descontentamento social e da polarização política, que jamais deixaram de estar latentes.

Após quase sete anos seguidos de baixíssimo crescimento econômico da América Latina, o último levantamento do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgado em 15 de abril, projeta uma recessão regional de 5,2% em 2020. Seria o pior resultado já registrado, superando inclusive a Grande Depressão dos anos 1930. A organização prevê os piores cenários para o México e o Equador, cujas quedas seriam de 6,6% e 6,3%, respectivamente. Não é improvável, porém, que a projeção seja em breve reajustada negativamente em vista da lenta “normalização” em diversos países da região e, sobretudo, do contínuo agravamento da crise sanitária no Brasil e no México, as principais economias latino-americanas.

¹ Doutorando do Departamento de Ciência Política da USP, pesquisador do Centro de Estudos de Negociações Internacionais (CAENI) e analista de risco político da Control Risks.

Os indicadores macroeconômicos são apenas uma faceta do estresse social que atualmente afeta, continuará afetando no futuro previsível, as populações. O relatório de 12 de maio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL) estima que um contingente de quase 28.7 milhões de pessoas retornará à situação de pobreza em 2020, o que representaria crescimento de 4,4% de pobres em comparação a 2019. A extrema pobreza, por sua vez, tem crescimento estimado em 2.6%. Contribui para o empobrecimento a elevação prevista do desemprego de 3,4% neste ano e a falência de pequenos e médios empreendimentos.

A perda de emprego formal ainda exacerba a vulnerabilidade social no médio e no longo prazos na medida em que os regimes de aposentadoria vigentes em vários países atrelam diretamente o valor das pensões às contribuições feitas pelo trabalhador ao longo da vida (regimes de capitalização). O alto número de trabalhadores na economia informal, onde não há contribuições ao sistema de pensões, é outro desafio característico da América Latina. Esta combinação delicada de fatores significa que a COVID-19 pressionará a seguridade social de países como Bolívia, Chile, El Salvador, México e República Dominicana, com formas mais puras deste modelo, e também aqueles com modelos mistos como Colômbia, Peru, Costa Rica, Panamá e Uruguai.

A insatisfação com o sistema de pensões gera protestos frequentes na região – esteve entre os principais temas das manifestações históricas iniciadas em outubro de 2019 no Chile – e sintetiza uma frustração generalizada e profunda com a incapacidade dos governos em atender às expectativas de bem-estar social da sociedade. Com o notável período de crescimento econômico nos anos 2000 e a conseqüente expansão da classe média e do consumo, as expectativas dos latino-americanos com seus líderes mudou. Ocorre, porém, que a forte cobrança pela provisão adequada de serviços públicos tem se chocado com o fim da bonança econômica. A tolerância das sociedades com governos incapazes de avançar na agenda social é hoje em dia limitada.

Tal choque entre expectativa e realidade tende a ser substancialmente agravado pelo drama social que se desenha na América Latina com a pandemia de COVID-19. Acumulam-se as frustrações ainda pendentes de anos anteriores e as novas, que não param de crescer. Além das implicações evidentes em termos de saúde pública, a interação da pandemia com os fatores estruturais do desconforto latino-americano provavelmente não terá outros resultados que não o aumento sustentado das tensões sociais. Isto representa uma chance considerável de continuidade e intensificação dos movimentos de protesto, muitos deles resultando em violência e polarização política. A instabilidade decorrente deste cenário é terreno fértil para o persistente enfraquecimento de figuras políticas tradicionais e a emergência de lideranças nem sempre afins à democracia. Um ciclo de reforço mútuo entre agitação social e instabilidade política é o risco que se avizinha no cenário pós-COVID-19. O novo normal não deverá ser tão normal assim.

Diplomacia da inovação: estratégia governamental contra a Covid-19

Gláucia Mara Terzian²

Na busca por desenvolvimento e crescimento econômico, os países enfrentam o desafio de desenvolver capacidades científicas e tecnológicas a fim de interagir com centros de excelência de produção do conhecimento e oferecer condições para que a ciência e a tecnologia atendam a demandas da sociedade e funcionem como efetivos instrumentos de inclusão social, reduzam as desigualdades internas e fortaleçam a soberania nacional. Nesse panorama, as interações colaborativas entre universidade-indústria-governo-sociedade-ambiente, em uma abordagem de Hélice Quintupla, formam um processo complexo e dinâmico de relações, visando a produção de conhecimento científico e tecnológico e geração de inovação tecnológica.

A inovação, conceito compartilhado da teoria econômica de Joseph Schumpeter, operacionalizado inicialmente pelo modelo linear de Vannevar Bush, seguido pela teoria de sistemas de inovação, impõe-se atualmente como atividade essencial presente nas agendas dos tomadores de decisão, tornando-se o principal foco da estratégia nacional de muitos países. Esse interesse estratégico em criar novas tecnologias e novos centros tecnológicos permeia a atividade reguladora e empreendedora dos Estados, que buscam, na dinâmica da diplomacia da inovação, se aproximar aos centros científicos de excelência, formando parcerias em rede, assegurando o acesso à informação técnica privilegiada, propiciando a conquista do reconhecimento nacional e internacional, trazendo benefícios e respostas aos problemas existentes na sociedade.

Uma das questões tencionadas pela sociedade internacional, atualmente, diz respeito às soluções necessárias para combater a pandemia de Covid-19. Na área da saúde, muitas iniciativas estão sendo desenvolvidas nesse sentido.

Para refletir sobre iniciativas de inovação na luta contra a pandemia de Covid-19 no âmbito internacional, a *Innovation and Science Diplomacy School (InnScid SP)*³, em parceria com o Centro de Estudos das Negociações Internacionais (Caeni-IRI/USP) e o Instituto de Estudos Avançados promoveu, no dia 22 de maio de 2020, o seminário⁴ com a participação de três especialistas na área de inovação. Esses representantes da Índia, Brasil e Israel compartilharam experiências surgidas de incubadoras e programas de startups em seus países.

O CEO do Centro de Plataformas Celular e Molecular (*C-CAMP*⁵), Doutor Talismarif Saiyed, enfatizou as atividades lideradas por ele no programa *Discovery to Innovation Accelerator* de sua instituição. Esse Centro, instituído pelo governo indiano em 2009, funciona como facilitador ou catalisador de pesquisa e inovação de ponta na área de ciências da vida, promovendo uma cultura favorável entre o empreendedor e o ambiente acadêmico.

² Doutora pelo PROLAM-USP

³ INNSCIDSP. Disponível em: <https://innscidsp.com>. Acesso em: 01 jun. 2020.

⁴ Webinar on “International innovation initiatives to fight the Covid-19 pandemic”, realizado em contexto digital no dia 22 de maio de 2020, tendo como palestrantes o Dr. Talismarif Saiyed – CEO do Centre for Cellular and Molecular Platforms, em Bangalore-Índia; o Sr. Leopoldo Lima – Gerente de Inovação e Investimento em Startups do Hospital Albert Einstein – Brasil; e o Sr. Ben Yaron – Gerente de Desenvolvimento de Negócios da Start-up Nation Central (SNC) and Corona Tech – Israel. Os moderadores foram o Prof. Dr. Amâncio de Oliveira, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) e o Secretário Pedro Ivo Ferraz da Silva, diplomata de carreira e chefe do setor de Energia, Meio Ambiente e Ciência, Tecnologia e Inovação da Embaixada do Brasil em Nova Délhi – Índia.

⁵ C-CAMP. Disponível em: <http://www.ccamp.res.in/>. Acesso em: 22 maio 2020.

Em seguida, o especialista Leopoldo Lima explicou sobre o desenvolvimento da incubadora de startups Eretz.bio⁶, de iniciativa da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein, cuja missão é a de fomentar o ambiente de empreendedorismo e inovação em saúde no Brasil.

Para finalizar, Ben Yaron, da SNC⁷, discorreu sobre a iniciativa do governo israelense em relacionar Israel com o mundo, por meio da promoção das atividades inovadoras do país, advindas das incubadoras, startups e empresas de tecnologia de ponta. Yaron tem desenvolvido vários projetos no âmbito do Resource Center for Israeli CoronaTech Innovation⁸.

Iniciativas dos três países demonstram o interesse do governo, do setor privado e da sociedade na internacionalização de suas tecnologias e indústrias de tecnologia, com o intuito de ter acesso às facilidades proporcionadas pelo mercado internacional, como a atração de investimento direto intensivo em pesquisa e desenvolvimento, negociação e promoção da transferência de tecnologia, ampliação da rede de contatos, dentre outros objetivos internacionais.

Os exemplos evidenciados pelos palestrantes ratificam a importância das interações colaborativas entre diferentes atores em um ecossistema capaz de produzir inovação em um espaço de tempo reduzido, de forma mais rentável e competitiva na solução de problemas da sociedade civil local e internacional. Nessas interações, a diplomacia da inovação aponta como uma das estratégias da política externa da Índia, do Brasil e de Israel, países que procuram espaços favoráveis de colaboração com competência nos contextos nacional e internacional.

As avaliações dos palestrantes corroboram a interpretação apresentada por Marga Gual Soler, em seminário da InnScid SP em abril passado⁹, quando a pesquisadora destacou as diferentes respostas científicas e diplomáticas que têm sido dadas por autoridades no combate à pandemia. E identificou a rede importante de cientistas que se engajaram em um esforço de cooperação global sem precedente para o enfrentamento do novo coronavírus.

A USP, como instituição de ensino e pesquisa, tem dado a sua contribuição em diversos campos da ciência¹⁰. O papel da InnScid SP, Escola Avançada em Diplomacia Científica e Diplomacia da Inovação, inaugurada em agosto de 2019, com apoio da FAPESP¹¹, representa iniciativa em rede relevante, reunindo pesquisadores das três áreas do conhecimento. Neste contexto, e contribuindo com o âmbito subnacional, cabe destacar a proposta do documento, elaborado durante a primeira edição da escola: a *São Paulo Framework of Innovation Diplomacy*¹².

⁶ Eretz.bio. Disponível em: <https://eretz.bio/>. Acesso em: 22 maio 2020.

⁷ Start-Up National Central (SNC). Disponível em: <https://www.startupnacioncentral.org/>. Acesso em: 22 maio 2020.

⁸ <https://www.coronatech.org.il/>

⁹ Para assistir a conferência de Marga Soler na InnScid SP 2020: <https://www.youtube.com/watch?v=4cFTimMDoSU>

¹⁰ <https://www5.usp.br/uspvida/>

¹¹ <http://agencia.fapesp.br/escola-sao-paulo-de-ciencia-avancada-em-diplomacia-cientifica-e-diplomacia-da-inovacao/30363/>

¹² INNCSIDSP. São Paulo framework of innovation diplomacy. São Paulo: IRI-USP: IEA-USP: FAPESP, 2019. Disponível em: <https://innscidsp.com/framework.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2020.

A terceira revolução acadêmica: modelos comparados de governança universitária e respostas institucionais ao enfrentamento de crises no Brasil e na Finlândia

Michel Kurdoglian Lutai^{A3}

Os modelos comparados de governança universitária e as respostas institucionais ao enfrentamento da crise sanitária foram objeto de seminário promovido em maio de 2020 pelo Departamento de Ciência Política da FFLCH/USP, com exposição da Professora Elizabeth Balbachevsky e comentários do Professor Pedro Teixeira, da Universidade do Porto.

A expositora iniciou sua apresentação tratando da terceira revolução acadêmica, etapa em que as universidades passam a ser reconhecidas por seu papel estratégico para os Estados, inseridas em suas políticas de inovação tecnológica e de prosperidade econômica¹⁴. Em seguida, foi proposto um interessante exercício de comparação entre as respostas oferecidas pela Universidade de Tampere (TUNI), na Finlândia, e pela Universidade de São Paulo à crise sanitária gerada pela pandemia de Covid-19.

Por possuir modelo de decisões centralizado em um conselho curador, a universidade europeia ofereceu providências uniformes e rápidos aparatos ferramentais e de acompanhamento para a continuidade das atividades acadêmicas. A USP, por sua vez, possui modelo descentralizado de gestão universitária, repartida entre sua direção central, seus diversos órgãos colegiados e suas unidades e institutos. As respostas adotadas pela universidade brasileira replicaram este modelo, tendo cada unidade e curso tomado medidas em relação às plataformas de ensino, prazos, avaliações e demais atividades conforme suas particularidades, em uma espécie de federalismo universitário. Por vezes, algumas decisões foram atribuídas aos próprios docentes.

Com mais de mil anos de história, as universidades sempre foram instituições com acesso extremamente restrito à população. Apenas nas últimas décadas ocorreu a massificação do ensino superior, com o surgimento de novos desenhos institucionais e a ampliação da oferta de cursos. Tudo isso fez surgir diferentes modelos de organização e de governança nessas instituições (como se viu nos casos da USP e da TUNI), cada qual se comportando diferentemente em cenários de crise. E, frise-se, não há de início qualquer desvantagem ou despreço pela adoção de um ou outro modelo de gestão, que em parte refletem a história e a tradição acadêmica de cada país.

Todavia, é curioso notar que em Tampere as decisões tomadas pelo modelo central permitiram uma comunicação mais rápida e uniforme da universidade com a comunidade local e com seus mantenedores. Em São Paulo, esse papel restou atribuído às próprias unidades e cursos. Os efeitos de cada uma das medidas adotadas, entretanto, somente poderão ser observados em médio e longo prazo.

Em um cenário de crise, os modelos de gestão e o grau de autonomia das universidades são intensamente postos à prova. A comunicação e as respostas oferecidas são peças-chave para que a comunidade local, a científica, o Estado e os *stakeholders* universitários continuem a confiar e acreditar na autonomia universitária. Enquanto que no Brasil é sintomático que gestores públicos continuem a atacar e desconfiar das universidades públicas, e que as mesmas ainda precisem constantemente provar seu papel e sua importância, na Europa, onde a terceira revolução acadêmica já chegou, essa discussão já está há muito tempo superada.

¹³ Mestre em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Pesquisador associado do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas da USP (NUPPs-USP). Autor da dissertação **Autonomia, integridade e gestão universitária na USP** (2020).

¹⁴ A primeira e segunda revoluções acadêmicas dizem respeito, respectivamente, à impressão de livros no final da Idade Média e ao papel científico que as universidades passaram a ter a partir do século XIX.

A União Europeia, o multilateralismo e o mundo pós COVID-19

Thomaz Rodrigues Gomes Vilas Boas¹⁵ e Janina Onuki¹⁶

No dia 19 de maio, ocorreu o webinar A União Europeia, o multilateralismo e o mundo pós COVID-19: oportunidade e desafios, organizado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos, no âmbito do *EU Project of Public Diplomacy in South America*. Além da presença, na abertura, de Ana Beatriz Martins, Chefe adjunta da Delegação da UE no Brasil e de Carlos Cauti, Editor-chefe do SUNO Notícias que coordenou a mesa, acompanhamos as apresentações dos Professores Nuno Cunha Rodriguez, da Cátedra Jean Monnet da Universidade de Lisboa, Renato Flores, da Fundação Getúlio Vargas, e Amâncio Jorge de Oliveira, coordenador da InnScid SP.

O debate girou em torno de um possível cenário de “desglobalização” e de retorno de políticas protecionistas, em função dos impactos da pandemia, colocando em risco o multilateralismo. Neste contexto de crise, a própria União Europeia (UE), defensora de políticas cooperativas, passou a desenvolver uma rede de acordos bilaterais de nova geração¹⁷. Por outro lado, a necessidade de apoio internacional por bens estratégicos no combate da pandemia como equipamentos de proteção individual, ventiladores, medicamentos, vacinas e assistência socioeconômica, vem reforçando a importância de políticas multilaterais ao redor do mundo¹⁸.

CENÁRIO GLOBAL

A UE, enquanto doador mundial e potência econômica de primeiro plano, tem adotado uma série de medidas para apoiar os países membros. Dar uma resposta europeia forte e global é uma forma de a UE preservar os seus valores fundamentais perseguindo simultaneamente os seus interesses estratégicos e uma política de caráter multilateralista.

A organização tem buscado assumir um papel de liderança nos esforços de coordenação enviados pelas Nações Unidas, o G20, o G7, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e as instituições financeiras internacionais, além de apoiar os esforços da Organização Mundial da Saúde (OMS), que busca coordenar as principais diretrizes para a diminuição da transmissão do vírus. Observa-se que a UE segue uma abordagem colegial, atuando como Equipe Europa, que busca recolher as contribuições de todas as instituições da UE e combinar os recursos mobilizados pelos Estados-Membros e pelas instituições financeiras, em particular o Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD).

Paralelamente aos esforços de combate ao COVID-19, a União Europeia precisa gerenciar questões internas que já vinham abalando aspectos estruturais da organização mesmo antes do início da pandemia. A expectativa é que os deslocamentos imigratórios de pessoas que buscam melhor qualidade de vida, seja pela fuga de crises humanitárias, desastres naturais, guerras civis ou até mesmo pela busca de maiores oportunidades de emprego, aumentem no período pós-pandemia.

¹⁵ Thomaz Rodrigues Gomes Vilas Boas é aluno de graduação da Escola de Educação Física e Esporte (EEFE) e pesquisador assistente do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (Caeni-USP), com bolsa PIBIC-USP.

¹⁶ Janina Onuki é Professora Titular do IRI-USP e coordenadora do Observatório Eleitoral das Américas (OEA-USP).

¹⁷ Para saber mais sobre os acordos preferenciais de comércio da nova geração, ver: Valls Pereira, Lia (2013). A “nova onda de regionalismo”: uma reflexão sobre a agenda brasileira. *Mural Internacional*. **Mural Internacional**, ano IV, no 1, junho.

¹⁸ A discussão sobre a relevância de fortalecer as redes de cooperação foi apresentada por Marga Gual Soler: Oliveira, A. & Onuki, J. (2020). O papel da Diplomacia Científica no contexto da pandemia Covid-19. *Análise Caeni*, ano II, nº 1, abril, p. 2.

BRASIL

O Brasil também tem sofrido com o elevado número de mortes e contaminados pelo COVID-19, além da crise econômica. Entretanto, o país também enfrenta um terceiro tipo de crise: a política. Para entender a perspectiva brasileira, é preciso entender que existia um consenso histórico até o final da década de 1990 de apoio ao multilateralismo. Entretanto, a partir do início da década de 2000, começa uma dissonância sobre este tema.

O país enfrenta hoje uma forte polarização política, que começou no início da década e foi agravada com as eleições presidenciais de 2018, quando a desconfiança em relação ao sistema político fez surgir eleitores com preferências por candidatos com ideias mais conservadoras e nacionalistas. A eleição do atual governo teve reflexos significativos na política externa brasileira, ampliando a aproximação com Estados Unidos e direcionando os interesses para outras pautas, como o pleito pelo ingresso na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Esta linha de pensamento, promove ainda a volta ao nacionalismo em temas como importação e exportação de alimentos, compras governamentais e mesmo da legislação anti-dumping no contexto da pandemia. Expressando uma tração para atitudes mais protecionistas por parte do governo. A outra ponta da polarização são os acordos de cooperação sul-sul, e os BRICS, por exemplo.

Apesar dessa mudança no viés da política externa, o país ainda possui relevância em diversos acordos de estratégia multilateral, sendo destaque na produção de alimentos, biodiversidade e produção de energia renováveis – apesar das queimadas na Amazônia que ocorreram no final ano passado. O Brasil ainda tem importância fundamental na dinâmica econômica, sendo historicamente um país atrativo para os investidores do mercado financeiro, embora nesse momento essa última afirmação é incerta devido as baixas taxas de juros. Como alternativa de estreitamento de relações multilaterais, a consolidação do acordo com a União Europeia pode reforçar a posição entre os dois atores no cenário internacional.

O País ainda teria outra forma latente de aproximação do país com o multilateralismo, acontece através da de *multitrack diplomacy*, particularmente a ideia de Diplomacia Científica, que é a rede de pesquisadores que se formou com a pandemia buscando mais cooperação. Um exemplo bem sucedido é o Programa Erasmus Mundus¹⁹. Criado em 2004 e financiado pela Comissão Europeia, ele permite a mobilidade de alunos que estejam no ensino superior para as universidades pertencentes à rede. Graças a bolsas de estudo, estudantes e pesquisadores de todo o mundo podem realizar um intercâmbio ou mesmo ter sua formação completa em algumas das melhores universidades europeias.

Além do Erasmus, outra plataforma muito significativa para o compartilhamento de informações científicas, é a plataforma Diálogos, que são um instrumento de cooperação entre a UE e o Brasil, baseado nos princípios da **reciprocidade, complementaridade e interesse mútuo**. A Iniciativa de Apoio aos Diálogos Setoriais tem como finalidade apoiar parcerias entre instituições brasileiras e europeias, através de projetos que facilitem intercâmbios e troca de experiências e conhecimentos, visando reforçar o diálogo político e técnico em temas de interesse mútuo.

As apresentações no Webinar nos levam a refletir sobre o futuro do multilateralismo. Após avanços importantes nas últimas décadas, organismos multilaterais e regionais seu maior desafio – a necessidade de formulação de boas estratégias políticas para sobreviver. A pandemia do COVID-19 fez acelerar essa percepção e obrigou os atores a agirem para garantir as iniciativas de cooperação. Se tais processos conseguirem se restabelecer como estratégia diplomática ou sofrerão com a advento de políticas protecionistas, só o tempo dirá.

¹⁹ Para saber mais sobre o Programa Erasmus Mundus, acesse: https://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/node_en



- Beginning of the application period: May 20, 2020
- Closing of the application period: June 20, 2020
- Announcement of the students selected to participate: July 15, 2020

How to apply:

Please fill out a registration form at www.innscidsp.com and upload the following files:

A letter of interest describing your motivations for participating (pdf, 1 page maximum).

Curriculum Vitae (pdf, 3 pages maximum).

If you have questions or require more information, please send an e-mail to: innscidsp@usp.br or visit www.innscidsp.com

Análise CAENI. Publicação do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (NAP-Caeni), Instituto de Relações Internacionais da USP.

Coordenação científica: Amâncio Jorge de Oliveira.

Colaboradores: Cristiane de Andrade Lucena Carneiro, Janina Onuki, João Paulo Cândia Veiga, Pedro Feliú Ribeiro.

Assistente executiva: Vanessa Munhoz

Site: www.caeni.com.br

E-mail: caeni@caeni.com.br

Facebook: www.facebook.com/caeni.usp

InnScid SP: <https://innscidsp.com>